

A sua natureza comum, subordinada, privilegiada ou garantida, e, neste último caso, os bens ou direitos objecto da garantia e respectivos dados de identificação registral, se aplicável;

A existência de eventuais garantias pessoais, com identificação dos garantidores;

A taxa de juros moratórios aplicável.

É designado o dia 21-10-2010, pelas 14:00 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

É facultada a participação de até três elementos da Comissão de Trabalhadores ou, na falta desta, de até três representantes dos trabalhadores por estes designados (n.º 6 do Artigo 72.º do CIRE).

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 15 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigo 40.º e 42 do CIRE).

Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (n.º 2 do artigo 25.º do CIRE).

Ficam ainda advertidos que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte.

#### Informação — Plano de Insolvência

Pode ser aprovado Plano de Insolvência, com vista ao pagamento dos créditos sobre a insolvência, a liquidação da massa e a sua repartição pelos titulares daqueles créditos e pelo devedor (artigo 192.º do CIRE).

Podem apresentar proposta de Plano de Insolvência o administrador da insolvência, o devedor, qualquer pessoa responsável pelas dívidas da insolvência ou qualquer credor ou grupo de credores que representem um quinto do total dos créditos não subordinados reconhecidos na sentença de graduação de créditos ou, na falta desta, na estimativa do Sr. Juiz (artigo 193.º do CIRE).

Barcelos: 31-08-2010. — A Juíza de Direito de Turno, *Dr.ª Marlene Rodrigues*. — O Oficial de Justiça, *José Sampaio*.

303645887

### 1.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE BRAGANÇA

#### Anúncio n.º 8704/2010

##### Processo n.º 915/10.8TBBGC — Insolvência de Pessoa Colectiva (Requerida)

Requerente: Pintol Ferragens, L.ª

Insolvente: Manuel Xavier e Lopes, L.ª

No 1.º Juízo do Tribunal Judicial de Bragança, no dia 19-08-2010, pelas 16,15 horas, foi proferida sentença de declaração de insolvência da devedora Manuel Xavier & Lopes, L.ª, com sede na R. Emídio Navarro, n.º 53 — Bragança.

Para Administrador da Insolvência é nomeada a Dr.ª Daniela Fernandes, com domicílio na Praça do Bom Sucesso, 61, Trade Center, 5.º - Sala 507, 4150-146 Porto

Conforme sentença proferida nos autos, verifica-se que o património do devedor não é presumivelmente suficiente para satisfação das custas do processo e das dívidas previsíveis da massa insolvente, não estando essa satisfação por outra forma garantida.

Ficam notificados todos os interessados que podem:

A) no prazo de cinco dias, pedir que a sentença seja completada com as restantes menções do artigo 36.º do CIRE.

B) no prazo de 45 dias, alegar o que tiver por conveniente para efeito da qualificação da insolvência como culposa.

C) nos 15 dias subsequentes, o administrador da insolvência apresentará o seu parecer.

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 15 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigo 40.º e 42 do CIRE).

Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as

testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (n.º 2 do artigo 25.º do CIRE).

Ficam ainda notificados que se declara aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter limitado, previsto no artigo 191.º do CIRE

Ficam ainda advertidos que os prazos só começam a correr finda a dilação dos éditos, 5 dias, e que esta se conta da publicação do anúncio. Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte.

Bragança, 2010/08/23. — A Juíza de Direito de Turno, *Dr.ª Sara Lígia Macedo Faria Guimarães*. — O Oficial de Justiça, *Emília Silva*.

303624389

### TRIBUNAL DA COMARCA DE CASTELO DE VIDE

#### Anúncio n.º 8705/2010

##### Processo n.º 111/06.9TBCVD-L — Prestação de contas (liquidatário)

Credor: Instituto de Solidariedade e Segurança Social-C.D.Portalegre e outro(s)...

Insolvente: AMMAIA — Clube de Golfe de Marvão, S. A.

A Dr.ª Ana Sofia Rosado de Sousa Peixeiro, Juiz de Direito deste Tribunal, faz saber que são os credores e a falida AMMAIA — Clube de Golfe de Marvão, S. A. notificados para no prazo de 5 dias, decorridos que sejam dez dias de éditos, que começarão a contar-se da publicação do anúncio, se pronunciarem sobre as contas apresentadas pelo Liquidatário (Artigo 64.º, n.º 1 do C.I..R.E.).

23/08/2010. — A Juíza de Direito, *Dr.ª Ana Sofia Rosado de Sousa Peixeiro*. — O Oficial de Justiça, *Maria de Alegria Roque Frederico Botelho*.

303626219

### 1.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE ESPINHO

#### Anúncio n.º 8706/2010

##### Processo: 801/10.1TBESP Insolvência pessoa singular (Apresentação)

Insolvente: José Manuel Moreno

Credor: Banco Mais, S. A.

No 1.º Juízo do Tribunal Judicial da Comarca de Espinho, no dia 31-08-2010 às 16:15 horas, foi proferida sentença de declaração de insolvência do devedor: José Manuel Moreno, estado civil: solteiro, nascido a 08-01-1966, natural de Angola, nacional de Portugal, NIF n.º 154037621, BI n.º 7324742, com domicílio na Rua 20, N.º 1436- 1.º Dt.º, 4500 Espinho, sendo fixada a residência do devedor na morada indicada. Para Administrador da Insolvência é nomeado o sr. Dr. Anibal dos Santos Almeida, com domicílio profissional na Rua Alves Martins, n.º 40 — 5.º B, 3500-078 Viseu, o qual foi indicado pelo Requerente e nada resulta dos autos que desaconselhe tal nomeação. Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados, deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente. Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem. Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter pleno (alínea i do artigo 36.º CIRE). Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de 5 dias. Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda: O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 (trinta) dias. O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham. Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva, não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 do Artigo 128.º do CIRE). Do requerimento de reclamação de créditos deve constar (n.º 1, artigo 128.º do CIRE):

A proveniência do(s) crédito(s), data de vencimento, montante de capital e de juros;

As condições a que estejam subordinados, tanto suspensivas como resolutivas;

A sua natureza comum, subordinada, privilegiada ou garantida, e, neste último caso, os bens ou direitos objecto da garantia e respectivos dados de identificação registral, se aplicável;

A existência de eventuais garantias pessoais, com identificação dos garantidores;

A taxa de juros moratórios aplicável.

É designado o dia 13-10-2010 pelas 10:00 horas, para realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito. Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 15 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigo 40.º e 42 do CIRE). Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (n.º 2 do artigo 25.º do CIRE). Ficam ainda advertidos que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do anúncio. Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE). Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte.

01-09-2010. — O Juiz de Direito, *Dr. João Severino*. — O Oficial de Justiça, *Filomena Pereira*.

303657689

## 2.º JUÍZO CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE GUIMARÃES

**Anúncio n.º 8707/2010**

**Processo: 1419/09.7TBGMR-D**

**Prestação de contas administrador (CIRE)**

**N/Referência: 7187678**

Administrador Insolvência: José da Costa Araújo.

A Dr.(a). Cidália Silva, Juíza de Direito (turno) deste Tribunal, faz saber que são os credores e o insolvente Irmãos Mendes, L.da, NIF — 500363633, Endereço: Lugar do Paço, Ponte, 4810-000 Guimarães, notificados para no prazo de 5 dias, decorridos que sejam dez dias de éditos, que começarão a contar-se da publicação do anúncio, se pronunciarem sobre as contas apresentadas pelo administrador da insolvência (Artigo 64.º n.º 1 CIRE).

O prazo é contínuo, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Data: 27-08-2010. — A Juíza de Direito, *Cidália Silva*. — O Oficial de Justiça, *Maria do Carmo Iria Santos*.

303639211

## 3.º JUÍZO CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE GUIMARÃES

**Anúncio n.º 8708/2010**

**Prestação de contas de administrador (CIRE)**

**Processo n.º 4965/07.3TBGMR-I**

Administrador Insolvência: Elmano Relva Vaz  
Insolvente: Bordarte — Emp. Ind. e Tec. Bordados, L.ª

A Dr.ª Maria Paula Miranda, Juiz de Direito deste Tribunal, faz saber que são os credores e a insolvente Bordarte — Emp. Ind. e Tec. Bordados, L.ª, NIF 501838287, Endereço: Rua 1.º de Maio, 211, Penselo, 4801-911 Guimarães, notificados para no prazo de 05 dias, decorridos que sejam 10 dias de éditos, que começarão a contar-se da publicação do anúncio, se pronunciarem sobre as contas apresentadas pelo administrador da insolvência (Artigo 64.º n.º 1 CIRE).

O Prazo é contínuo, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

N/Referência: 7194072 — Data: 02-09-2010. — A Juíza de Direito, *Dr.ª Maria Paula Miranda*. — O Oficial de Justiça, *Rui Jorge Mesquita*.

303654448

## 2.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE LAGOS

**Anúncio n.º 8709/2010**

**Processo n.º 696/10.5tblgs — Insolvência pessoa colectiva(requerida)**

Requerente: Solmate — Comércio de Materiais de Construção, SA e Insolvente: José João Construções L.ª

No dia 15-07-2010, pelas 15 horas e 15 minutos, foi proferida sentença de declaração de insolvência do devedor: José João — Construção Civil, L.ª, número de identificação fiscal 502193174, com sede na Rua 25 de Abril, n.º 20-1.º Esq.º, Praia da Luz, em Lagos.

É administrador do devedor: Maria Luísa de Oliveira Duarte Jesus João, com domicílio na Urbanização “Quinta da Bela Vista”, lote 77, em Lagos, a quem é fixado domicílio na morada indicada.

Para Administrador da Insolvência é nomeado o Dr. Luis Manuel Iglésias Fortes Rodrigues, com escritório na Rua Dr. Emiliano da Costa, n.º 89-A, em Faro.

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados, deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente. Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter pleno (alínea i do artigo 36.º-CIRE) Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de 5 dias.

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda: O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias. O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham. Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva, não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 do Artigo 128.º do CIRE). Do requerimento de reclamação de créditos deve constar (n.º 1, artigo 128.º do CIRE): A proveniência do crédito, data de vencimento, montante de capital e de juros; As condições a que estejam subordinados, tanto suspensivas como resolutivas; A sua natureza comum, subordinada, privilegiada ou garantida, e, neste último caso, os bens ou direitos objecto da garantia e respectivos dados de identificação registral, se aplicável; A existência de eventuais garantias pessoais, com identificação dos garantidores; A taxa de juros moratórios aplicável.

É designado o dia 19-11-2010, pelas 15:45 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito. É facultada a participação de até três elementos da Comissão de Trabalhadores ou, na falta desta, de até três representantes dos trabalhadores por estes designados (n.º 6 do Artigo 72.º do CIRE).

Advertem-se os titulares de crédito que os não tenham reclamado, da necessidade de o fazerem, se ainda estiver em curso o prazo fixado na sentença para as reclamações de créditos, informando-se de que a reclamação para mero efeito da participação na reunião pode ser feita na própria assembleia, se também na data desta tal prazo não estiver já esgotado (alínea c) do artigo 75.º do CIRE).

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 15 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigo 40.º e 42 do CIRE). Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (n.º 2 do artigo 25.º do CIRE). Ficam ainda advertidos que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE). Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte.

Informação Plano de Insolvência Pode ser aprovado Plano de Insolvência, com vista ao pagamento dos créditos sobre a insolvência, a liquidação da massa e a sua repartição pelos titulares daqueles créditos e pelo devedor (artigo 192.º do CIRE). Podem apresentar proposta de Plano de Insolvência o administrador da insolvência, o devedor, qualquer pessoa responsável pelas dívidas da insolvência ou qualquer credor ou grupo de credores que representem um quinto do total dos créditos não subordinados reconhecidos na sentença de graduação de créditos ou, na falta desta, na estimativa do Sr. Juiz (artigo 193.º do CIRE).

02/09/2010. — A Juíza de Direito, *Dr.ª Maria João Abreu Seródio*. — O Oficial de Justiça, *Manuela Machado*.

303653881